
ESCREVIVÊNCIA COMO JUSTIÇA EPISTÊMICA NO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS DO PROJETO IQ-INDÍGENAS E QUILOMBOLAS-UFPA/AMAZÔNIA-BR

ESCREVIVÊNCIA COMO JUSTICIA EPISTÉMICA EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR:
REFLEXIONES A PARTIR DE EXPERIENCIAS DEL PROYECTO IQ-INDÍGENAS Y
QUILOMBOLAS-UFPA/AMAZÓNIA-BR

ESCREVIVÊNCIA AS EPISTEMIC JUSTICE IN HIGHER EDUCATION: REFLECTIONS
BASED ON EXPERIENCES OF THE IQ-INDIGENOUS AND QUILOMBOLA
PROJECT-UFPA/AMAZÔNIA-BR

Maria Amoras¹

<https://orcid.org/0000-0002-7381-6364>
<http://lattes.cnpq.br/9196567323189366>

Raissa Gomes Guerreiro²

<https://orcid.org/0009-0001-9444-3085>
<http://lattes.cnpq.br/9308665498062323>

Solange Maria Gayoso da Costa³

<https://orcid.org/0009-0005-2945-4019>
<http://lattes.cnpq.br/8678549787652220>

RESUMO: Este trabalho se vale de observações realizadas no Projeto “IQ: Conhecimento e Resistência”, destinado ao acompanhamento da aprendizagem de indígenas e quilombolas com ingresso pelas políticas afirmativas na Universidade Federal do Pará. Discute a hegemonia da ciência ocidental na transmissão e produção do conhecimento científico no ensino superior brasileiro, uma vez que seus constructos foram produzidos a partir de estigmas sobre povos e grupos populacionais historicamente subalternizados, como argumenta a intelectual indígena Linda Tuhiwai Smith. A naturalização do epistemicídio apagou suas

¹ Amazônida. Antropóloga. Doutora em Antropologia. Docente do curso de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA/Brasil. Líder do grupo de pesquisa “Interfaces -intersecções entre raça/etnia, gênero, corpo e território na (re)produção de diferenças e desigualdades na Amazônia” (CNPq). Coordenadora do Projeto IQ: conhecimento e resistência - acompanhamento da aprendizagem de indígenas e quilombolas estudantes na UFPA. E-mail: samoras@ufpa.br.

² Amazônida. Assistente Social. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Estudante Cotista. Membro do grupo de pesquisa “Interfaces -intersecções entre raça/etnia, gênero, corpo e território na (re)produção de diferenças e desigualdades na Amazônia” (CNPq). Voluntária no Projeto IQ: Conhecimento e Resistência - acompanhamento da aprendizagem de indígenas e quilombolas estudantes na UFPA. E-mail: raissa.guerreiro@icsa.ufpa.br.

³ Amazônida. Assistente Social. Doutora em Ciências Socioambientais pelo NAEA/UFPA. Professora do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS-UFPA). Líder do grupo de pesquisa GESTERRA: Grupo de Pesquisa Sociedade, Território e Resistência na Amazônia. Vice Coordenadora do Projeto IQ: Conhecimento e Resistência - acompanhamento da aprendizagem de indígenas e quilombolas estudantes na UFPA. Email: solgayoso@ufpa.br.

autorias, reduzindo-os a coisas e a objetos de pesquisa, o *modus operandi* do colonialismo. A política afirmativa tem forçado as portas da universidade para a entrada dos povos indígenas, quilombolas e população autodeclarada negra. Estes grupos, em seus coletivos estudantis, reivindicam a *descolonização das metodologias* de ensino e pesquisa, para que a política faça jus às lutas dos seus povos. Este alcance exige a superação de uma escrita esquadrihada pelas normas técnicas do ocidentocentrismo, regulamentadoras e controladoras do currículo monocultural e fatiado em disciplinas. Tais rupturas só serão possíveis se houver aberturas democráticas para que epistemes outras, e suas respectivas autorias, tenham autonomia na produção do conhecimento fomentada nas instituições de ensino superior, ou seja, autoridade para autodeterminar e demarcar seus territórios de saberes. É o que propõe a Escrivência, formulada pela intelectual Conceição Evaristo, mulher negra feminista, como metodologia pautada na ressignificação do processo de produção do conhecimento com justiça epistêmica. Não se trata, portanto, de escrita autobiográfica, seu foco está em evocar uma experiência coletiva, principalmente da população afro-brasileira, da diáspora e dos povos subalternizados.

Palavras-Chave: Escrivência. Política Afirmativa. Ensino Superior. Indígenas. Quilombolas. Amazônia

RESUMEN: Este trabajo se basa en observaciones realizadas en el Proyecto “IQ: Conocimiento y Resistencia”, destinado al seguimiento del aprendizaje de indígenas y quilombolas que ingresaron por políticas afirmativas en la Universidad Federal de Pará. Discute la hegemonía de la ciencia occidental en la transmisión y producción del conocimiento científico en la educación superior brasileña, ya que sus constructos fueron producidos a partir de estigmas sobre pueblos y grupos poblacionales históricamente subalternizados, como argumenta la intelectual indígena Linda Tuhiwai Smith. La naturalización del epistemicidio borró sus autorías, reduciéndolos a cosas y objetos de investigación, el *modus operandi* del colonialismo. La política afirmativa ha forzado las puertas de la universidad para la entrada de los pueblos indígenas, quilombolas y población autodeclarada negra. Estos grupos, en sus colectivos estudiantiles, reivindican la descolonización de las metodologías de enseñanza e investigación, para que la política haga justicia a las luchas de sus pueblos. Este alcance exige la superación de una escritura escudriñada por las normas técnicas del occientocentrismo, reguladoras y controladoras del currículo monocultural y fragmentado en disciplinas. Tales rupturas solo serán posibles si hay aperturas democráticas para que otras epistemes, y sus respectivas autorías, tengan autonomía en la producción del conocimiento fomentada en las instituciones de educación superior, es decir, autoridad para autodeterminar y demarcar sus territorios de saberes. Es lo que propone la Escrivência formulada por la intelectual Conceição Evaristo, mujer negra feminista, una metodología basada en la resignificación del proceso de producción del conocimiento con justicia epistémica. No se trata, por lo tanto, de escritura autobiográfica; su foco está en evocar una experiencia colectiva, principalmente de la población afrobrasileña, de la diáspora y de los pueblos subalternizados.

Palabras clave: Escrivência. Política Afirmativa. Educación Superior. Indígenas. Quilombolas. Amazonía.

ABSTRACT: This work is based on observations made in the project “IQ: Knowledge and Resistance”, aimed at monitoring the learning of Indigenous and Quilombola students admitted through affirmative action policies at the Federal University of Pará. It discusses the hegemony of Western science in the transmission and production of scientific knowledge in Brazilian higher education, given that its constructs were produced from stigmas about historically subalternized peoples and population groups, as argued by the Indigenous intellectual Linda Tuhiwai Smith. The naturalization of epistemicide erased their authorship, reducing them to things and objects of research, the *modus operandi* of colonialism. Affirmative action has forced open the doors of the university for the entry of Indigenous peoples, Quilombolas, and self-declared Black populations. These groups, in their student collectives, demand the decolonization of teaching and research methodologies, so that the policy lives up to the struggles of their peoples. This achievement requires overcoming a writing scrutinized by the technical norms of Western-centrism, which regulate and control a monocultural curriculum fragmented into disciplines. Such ruptures will only be possible if there are democratic openings for other epistemes, and their respective authorships, to have autonomy in the production of knowledge fostered in higher education institutions, that is, authority to self-determine and demarcate their territories of knowledge. This is what *Escrevivência*, formulated by the Black feminist intellectual Conceição Evaristo, proposes—a methodology based on the re-signification of the knowledge production process with epistemic justice. It is not, therefore, autobiographical writing; its focus is on evoking a collective experience, especially of the Afro-Brazilian population, the diaspora, and subalternized peoples.

Keywords: *Escrevivência*. Affirmative Action. Higher Education. Indigenous Peoples. Quilombolas. Amazon.

1. PARA INÍCIO DE CONVERSA

“queremos contar a nossa própria história, escrever as nossas próprias versões, a nossa maneira, para os nossos próprios fins” (Smith, 2018, p. 42).

“A nossa *Escrevivência* não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos” (Evaristo, 2020, p.30).

As linhas iniciais deste texto apresentam as autoras das epígrafes acima. Ambas comparecem aqui apoiando o traçado desta escrita, que não quer dizer que é “para não sair da linha”, mas, sim, para percorrer caminhos que possibilitem desconstruir as linhas imaginárias do conhecimento que separaram o Ocidente do Oriente, o Norte do Sul. Caminhos estes que têm sido construídos por intelectuais que afirmam suas histórias e identidades justamente nos

tempos e lugares recortados pelas réguas arbitrárias do colonialismo, subscritas pela narrativa linear da ciência ocidental.

Estamos falando, em particular, de Linda Tuhiwai Smith, uma mulher autodeclarada indígena Ngāti Awa Porou, nascida em 1950, professora da Universidade de Waikato, em Hamilton, Nova Zelândia, é considerada uma das principais expoentes mundiais dos estudos indígenas e da educação indígena. O trabalho de Linda Tuhiwai Smith se pautava no compromisso com a garantia da autodeterminação intelectual e política dos povos indígenas. Sua trajetória é marcada pelo movimento em defesa da Educação como ferramenta crucial para a libertação e autonomia dos povos indígenas, que permanecem violados pelo colonialismo e imperialismo. Assume um posicionamento político em defesa do reconhecimento dos conhecimentos indígenas como autônomos e não subordinados ao conhecimento ocidental.

Dedicou-se à promoção das metodologias de pesquisas com justiça epistêmica aos conhecimentos indígenas e de todos os povos que tiveram e têm seus saberes inferiorizados e estigmatizados pelo colonialismo. A sua valiosa produção atravessa as linhas arbitrárias que dividiram o mundo, contribuindo significativamente para a descolonização da academia e da pesquisa. “Da perspectiva do colonizado, uma posição a partir da qual eu escrevo e escolho privilegiar, o termo ‘pesquisa’ está indissociavelmente ligado ao colonialismo e ao imperialismo europeu” (Smith, 2021, p. 11).

Conceição Evaristo, mulher negra, brasileira, nasceu em 1946, no estado de Minas Gerais, em uma família empobrecida. Com muitos desafios e dificuldades, acessou a escola e o ensino superior, comparados por ela a um apartheid. Tornou-se linguista, professora-pesquisadora universitária com uma carreira reconhecida pela grandiosidade da sua produção. A partir de 2024, passou a ocupar a cadeira de número 40 na Academia Mineira de Letras. Hoje, é uma das mais influentes literatas do movimento pós-modernista no Brasil. Possui uma trajetória marcada pela militância no movimento negro e feminista, delineada pelo contundente posicionamento político de sua escrita como denúncia da realidade social dos afrodescendentes no Brasil.

Libertar-se também, defende Conceição Evaristo, pela escrita das vivências que avivam as linhas do tempo, aquelas que foram apagadas ou borradas pela traição da tradução dos textos que narram a história pelo ponto de vista daqueles que se viram como “vencedores”. Escrivivência, para Conceição Evaristo, antes de qualquer definição, é interrogação. Como explica, é uma busca do corpo preto para se inserir no mundo com suas

próprias histórias, com as suas vidas, que o mundo desconsidera. “Escrivência não está para a abstração do mundo, e sim para a existência, para o mundo-vida. Um mundo que busco apreender, para que eu possa, nele, me autoinscrever” (Evaristo, 2020, p. 36). Mas, não se trata de autobiografia ou escrita de si para si, pois seu foco está em territorializar uma experiência coletiva, principalmente da população afro-brasileira, da diáspora e dos povos subalternizados.

É, portanto, em diálogo com essas escritoras que este texto busca refletir acerca de metodologias de produção do conhecimento que perduram no tempo, aquelas que encerram os povos indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais como meros objetos de estudos: os pesquisados. É comum ouvir de professores-pesquisadores: “eles chegam ‘zerados’ na universidade”. São comentários que fazem eco à filosofia iluminista acerca dos povos originários, descritos como “primitivos”, “imatuross”, “inferiores”, “tábula rasa”, “página em branco”, ou seja, um estado de “menoridade”. São percepções racistas que os desumanizaram e permanecem expropriando seus corpos e suas riquezas (naturais-culturais).

Para suscitar esta reflexão, são trazidos neste diálogo desafios e dificuldades que atravessam as experiências de povos indígenas e quilombolas para permanecer na universidade. Para isso, são apresentadas observações realizadas durante o desenvolvimento das atividades do Projeto “IQ (Indígenas e Quilombolas): Conhecimento e Resistência”, destinado ao apoio à permanência desses povos na Universidade Federal do Pará⁴, no período de 2023 a 2025, com ênfase nas oficinas de produção textual, nas quais os estudantes puderam expressar, por meio da escrita, suas vivências e percepções acerca da experiência universitária.

O projeto foi criado há nove anos para atender à reivindicação de um grupo formado por estudantes desses povos que havia entrado na universidade por meio da política afirmativa de cotas raciais, contemplada pela Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais (Brasil, 2012). Naquele momento, expunham a dificuldade de acesso à assistência estudantil e de apoio pedagógico para a permanência acadêmica. Desde a sua primeira versão, o projeto assume uma proposta de gestão

⁴ O Projeto tem três eixos de ação: 1. Apoio pedagógico: monitoria individualizada; realização de oficinas de produção textual escrita e oral; informática básica; cálculo básico. 2. Apoio ao acesso às políticas de assistência estudantil: orientações para a aquisição de bolsas, auxílios e serviços disponibilizados aos/as discentes. 3. Formação: Fomentar espaços de discussão (seminários, palestras, rodas de conversa, mostra fotográfica) sobre as temáticas: racismo estrutural, institucional e ambiental; política afirmativa e cotas raciais no ensino superior; educação intercultural e universidade. Promove ações integradas de ensino-pesquisa-extensão por meio da experiência de iniciação científica.

compartilhada, envolvendo duas professoras⁵ do curso de graduação e pós-graduação em serviço social, indígenas e quilombolas e suas respectivas associações estudantis, e estudantes da graduação e pós-graduação de diversos cursos da UFPA.

A equipe gestora do projeto é formada em grande parte por estudantes cotistas, militantes envolvidos com o movimento negro, movimento feminista, movimento indígena e de comunidades quilombolas. Para o desenvolvimento das atividades, recebe apoio de infraestrutura do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas e de bolsas monitoria e tutoria concedidas por meio de Editais das Pro-Reitorias de Graduação e de Assistência Estudantil. Visando contribuir com a aprendizagem dos componentes básicos do currículo prescrito nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, o projeto oferece monitoria individualizada, oficinas de produção de textos escritos e orais, informática básica e cálculo.

Identificou-se que a exclusão se mascara de “rigor acadêmico” e muito recai sobre essas/es estudantes a responsabilidade de buscar soluções para as dificuldades enfrentadas, como se fossem suas em particular. Quando sugeriram a criação do projeto, estavam nessa busca. Nos momentos de acolhimento e das “rodas de conversa”, tem-se refletido o quanto essa sobrecarga aciona gatilhos de inúmeras camadas de opressão acumuladas ao longo de séculos sobre os seus corpos. Nesses espaços, são recorrentes relatos de medo, angústia, insegurança, ansiedade e indignação.

Para que a comunidade acadêmica assuma também a responsabilidade com a permanência desses povos na universidade, o Projeto IQ promove eventos sobre as temáticas do racismo estrutural e institucional e suas formas de enfrentamento, porque os fundamentos que justificam a razão do projeto sustentam o argumento de que o racismo estrutural está na base de formação da sociedade brasileira, e as instituições de educação fazem a atualização do colonialismo no tempo, reproduzindo práticas racistas na produção e veiculação do conhecimento, bem como nos lugares diferenciados que reservam para os “estabelecidos” e os “forasteiros”. No entanto, somente bons eventos não bastam, porque a produção do conhecimento acadêmico precisa pautar metodologias comprometidas com a justiça epistêmica, com o devido reconhecimento e valorização da autonomia intelectual dessas/es estudantes.

Por fim, este artigo está organizado em dois tópicos principais: o primeiro discute a superioridade do lugar do conhecimento ocidental. O segundo toma a Escrivência como metodologia de pesquisa insurgente, aquela que pode posicionar a escrita desses povos na

⁵ Primeira e terceira autoras deste texto.

academia como um ato de descolonização dos conhecimentos selecionados e legitimados pelas verdades do colonizador.

2. A SUPERIORIDADE DO LUGAR DO CONHECIMENTO OCIDENTAL

Ao longo dos anos participando da gestão do Projeto “IQ (Indígenas e Quilombolas): Conhecimento e Resistência” e acompanhando de perto as dificuldades da permanência desses povos nos cursos de graduação e pós-graduação da UFPA, é possível compreender o sentido de “conhecimento e resistência” atribuído ao nome do projeto por esses grupos de estudantes. Sempre que defendem suas permanências na universidade, argumentam que o conhecimento aprendido deve retornar para seus territórios, sendo um compromisso ético e político que assumem com “os seus”, e alimentam esta expectativa com o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, uma forma muito importante de retorno.

Vanuza Cardoso, mulher negra quilombola, liderança espiritual, antropóloga e mestranda do programa de pós-graduação em antropologia da UFPA, sempre atenta em suas palestras: “Nossos passos vêm de longe. Se estamos na universidade, devemos à resistência dos nossos ancestrais, aqueles que vieram antes de nós. Por isso, o nosso compromisso é com eles”. Linda Thuiwai Smith (2018, p. 28) também reflete sobre este compromisso:

[...] trata-se simplesmente de uma abordagem respeitosa e ética. Existem várias formas de divulgar conhecimentos e de assegurar que a pesquisa alcance as pessoas que contribuíram para a sua realização. Duas maneiras importantes, embora nem sempre adotadas pelas pesquisas científicas, são ‘devolver’ às pessoas e ‘compartilhar conhecimentos’ (Smith, 2018, p. 28).

Esses compromissos assumidos com seus povos forçam as universidades brasileiras a mudanças urgentes e profundas na racionalidade do modo de fazer ciência na academia; e, em particular, a UFPA, maior universidade do Norte da Amazônia brasileira. A região abriga a maioria dos povos indígenas, comunidades quilombolas e demais populações tradicionais e, por isso mesmo, recebe um número expressivo desses grupos em todos os cursos da graduação. Estes povos esperam que o conhecimento adquirido sirva para fortalecer as lutas de seus territórios, que sejam capazes de propor soluções para seus problemas, pautar projetos sociais, políticas públicas, preservar suas línguas, salvaguardar o conjunto de seus repertórios culturais e valorizar seus saberes ancestrais com o mesmo estatuto que recebem aqueles ancorados nos institutos de promoção e divulgação da ciência.

Essas/es estudantes, no entanto, pouco acessam os grupos de pesquisa e, raramente, conseguem participar das ações de iniciação científica. Este é um componente curricular quase inacessível. Quando esta demanda chegou ao Projeto IQ e, em parceria com os grupos de estudos e pesquisa “Interfaces: Intersecções entre raça/etnia, gênero, corpo e território na (re)produção de diferenças e desigualdades na Amazônia” (PPGSS/UFPA/CNPq) e “Gesterra: Sociedade, território e resistências na Amazônia” (PPGSS/UFPA/CNPq), começou a envolvê-las/os nas atividades de pesquisa de seus interesses.

No ano de 2022, um grupo formado por seis estudantes quilombolas e quatro cotistas cor, graduandas, todas militantes do movimento negro e feminista, manifestou interesse em realizar uma pesquisa sobre o protagonismo da mulher quilombola na organização social e política do território. O projeto foi elaborado e aprovado pelo Edital Universal do CNPq. Cada pesquisadora desenvolveu um plano de trabalho de iniciação científica voltado para suas comunidades. O grupo publicou artigos em anais de eventos e em periódicos científicos e produziu um documentário. Seis delas ingressaram no mestrado. Entre estas, uma foi aprovada no mestrado sanduíche na África do Sul⁶ e outra ingressou no doutorado da Universidade Federal do Ceará – UFC.

Durante as sessões de estudos da pesquisa, esses/as estudantes sempre mencionavam que não chegam na universidade sozinhos/as, não estão em busca unicamente de uma profissionalização, porque compreendem seus corpos como corpos-territórios. São corpos “falantes” que narram histórias coletivas ancestrais, por isso, onde estiverem, expressarão os anseios de seus grupos. Contudo, o alcance dessa escrita com o corpo na academia enfrenta inúmeras dificuldades, como tem sido possível observar nas escritas de dessas/es estudantes durante as oficinas de produção textual oferecidas pelo projeto:

A primeira dificuldade é o conflito sociocultural. [...] O estudante sai de sua comunidade e é ‘lançado’ para uma sociedade com cultura totalmente diferente da sua (Juliane Costa, quilombola).

Muitos estudantes indígenas e quilombolas enfrentam diariamente a exclusão social dentro e fora da sala de aula. A principal dificuldade dos discentes indígenas é que não sabem falar o português direito devido à sua língua de origem. A maioria dos discentes indígenas e quilombolas tem opinião limitada. Com isso, muitos enfrentam preconceito e discriminação racial por parte dos colegas e dos professores (Kayhe, indígena).

As dificuldades de permanência dentro da academia têm sido um dos principais ‘problemas’, porque não é qualquer aluno, ou melhor, discente que tem como se

⁶ Projeto aprovado pelo Edital CAPES n. 16/2023 - Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento. Título do projeto: territórios e patrimônios amefricanos: imaginações espaciais, urgências ecológicas, práticas educativas e justiça epistêmica no Brasil e na África do Sul.

manter dentro da academia. Isso requer muita coragem e luta [...] também temos os embates, não só dentro da sala de aula, mas sim pelo campo da instituição, e isso também desmotiva a gente como aluno, porque ouvimos coisas que jamais pensamos em ver (Darlei Silva, indígena).

Eu como discente indígena na UFPA não está sendo fácil a minha trajetória na academia. Desde a minha entrada, venho enfrentando várias dificuldades que eu não esperava encontrar antes de ingressar na faculdade. São vários aspectos que temos que enfrentar, principalmente na parte dos trabalhos científicos, entendimentos dos textos, a questão da linguagem dentro da sala de aula. Para mim, foi um grande sonho estar hoje na faculdade, adquirindo conhecimento, aprendendo cada vez mais para que, no futuro, eu possa compartilhar com o meu povo (Neuziane Karipuna, indígena).

Essa travessia, da aldeia e da comunidade para a universidade, é permeada de muitos questionamentos acerca do desconhecido, das dificuldades com aquilo que de certo modo esperavam não encontrar. É comum se surpreenderem com a linguagem de difícil entendimento. A política afirmativa de cotas raciais para indígenas e quilombolas já tem mais de uma década, como mencionado nas páginas introdutórias deste texto, e, no ano de criação do Projeto IQ, essas/es estudantes também diziam que se sentiam pressionadas/os e angustiadas/os pelas inúmeras cobranças do “nivelamento” que deveriam buscar, ou seja, por meios próprios, deviam se apropriar dos conhecimentos básicos obrigatórios a toda/o estudante “calouro”, como escreveu Camila Maciel, quilombola, durante uma oficina de gêneros textuais (2023):

Ao ingressarmos na UFPA foi uma conquista para nós quilombolas. No entanto, as dificuldades são muitas pelo da maioria de nós não saber lidar com um computador para digitar, por exemplo, um artigo que exige todas as regras da ABNT ou não entendermos algumas das palavras faladas em sala de aula pelo fato de nunca termos escutado (Maciel, 2023).

Esses conhecimentos obrigatórios estão nas matrizes curriculares das escolas básicas acessadas por uma pequena parcela da sociedade, qual seja: brancos das classes médias e altas e moradores dos centros urbanos que acessam as escolas privadas desde a educação infantil, ou seja, aqueles conhecimentos que circulam nos lugares dos brancos, como instiga Linda Tuhiwai Smith (2018, p. 18) ao referir-se às pessoas privilegiadas desses grupos:

Tampouco lutam ativamente como sociedade pela sobrevivência das línguas, dos saberes e das culturas indígenas. Seu idioma e cultura natais estão em outro lugar; sua lealdade cultural está em alguma outra parte. Sua força, seu privilégio, sua história, estão todos investidos em sua herança de colonizadores.

A experiência cotidiana com essas/es estudantes no projeto também tem mostrado as angústias de muitos concluintes quando percebem que estão terminando o curso e receberam uma formação precarizada, não se sentem seguros com a profissão escolhida e não conseguem

vislumbrar a pós-graduação. Angústias que aumentam quando percebem que não conseguirão dar o retorno do compromisso assumido com as suas comunidades, porque não encontraram um professor interessado na orientação do TCC que pretenderam, focado em temáticas relacionadas aos seus territórios.

Percebe-se, portanto, que não basta o aluno se interessar em analisar sua própria realidade, é imprescindível o apoio e o comprometimento do corpo docente, que deve reconhecer o seu lugar de poder na estrutura acadêmica e orientar suas práticas no sentido da justiça epistêmica. Linda Tuhiwai Smith (2018) evidencia a questão da validação acadêmica quando argumenta que no contexto em que “a educação, a pesquisa e outras tradições acadêmicas têm emergido ou sido estruturadas pelos debates relacionados à natureza humana” (p.63), os conhecimentos adquirem condição de verdade a partir das estruturas de saber, das disposições culturais e das dinâmicas de poder que as produzem e legitimam.

Essa intenção de analisar a realidade a partir de suas vivências demonstra que querem ser pesquisadores de seus territórios e isso requer metodologias de pesquisas que refutem o lugar de objetos que esses povos sempre ocuparam na produção do conhecimento ocidental. Foram exotizados e reduzidos a experimentos, destituídos de capacidades intelectivas, como reflete Linda Tuhiwai Smith (2018, p. 11):

A forma como a pesquisa científica esteve implicada nos piores excessos do colonialismo mantém-se como uma história lembrada por muitos povos colonizados em todo o mundo. É uma história que ainda fere, no mais profundo sentido, a nossa humanidade. Apenas saber que alguém mediu nossas ‘faculdades’ pelo preenchimento dos ossos de nossos ancestrais com semente de milho e equiparou a quantidade de sementes assim contida com a nossa capacidade de pensar ofende nosso senso de quem e do que somos.¹ Incomoda-nos saber que os pesquisadores e intelectuais do Ocidente podem presumir que conhecem tudo o que é possível sobre nós, com base em um breve encontro com alguns indivíduos de nossa comunidade.

Linda Tuhiwai Smith (2018, p. 77) argumenta que o eurocentrismo usa a “superioridade posicional” para manter o seu lugar estratégico na reprodução do imperialismo, faz uma densa crítica ao modo como opera a ciência ocidental a serviço do colonialismo: “imperialismo, colonialismo, são formas específicas pelas quais o Ocidente veio a ‘ver’, ‘nomear’ e ‘conhecer’ as comunidades indígenas”. Os operadores se colocam com autoridade para falar sobre e pelo “Outro”, para decidir o que é melhor para seus corpos, seus lugares, suas expectativas de futuro. Explicita a autora:

Assusta-nos o fato de que o Ocidente possa desejar, extrair e reivindicar posse de nossos modos de conhecer, de nossa imagem, das coisas que criamos e produzimos, e ao mesmo tempo rejeitar as pessoas que criaram e desenvolveram tais ideias, sobretudo negando-lhes oportunidades para serem criadoras de sua própria cultura e

de sua própria nação. Enfurece-nos que práticas vinculadas ao último século, e a séculos anteriores a este, ainda sejam empregadas para negar a legitimidade das reivindicações dos povos indígenas pelo direito à existência, à terra e aos territórios, pelo direito de autodeterminação, pela sobrevivência de nossas línguas e formas de conhecimento cultural, pelos nossos recursos naturais e pelos sistemas que adotamos para viver em nossos ambientes.

A presença de indígenas e quilombolas nas universidades, neste lugar estandardizado pela ciência ocidental, tem protagonizado lutas antigas dos movimentos negros e indígenas em defesa da democratização do ensino superior e da ciência. Embora a implementação de políticas afirmativas de cotas tenha se consolidado como um mecanismo efetivo para ampliar o acesso da população quilombola, indígena e demais povos tradicionais ao ensino superior, as universidades brasileiras caminham lentamente na promoção de mudanças que considerem esses grupos como produtores de conhecimentos, com autonomia para escolher caminhos metodológicos de pesquisas que dizem respeito a eles.

Conforme a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT (Brasil, 2019), esses povos têm o direito irrestrito à autodeterminação de seus territórios. Isso significa dizer que são seus principais representantes para dizer quem são e o que desejam para suas existências. Assegura à comunidade a participação nas tomadas de decisão que impactam suas vidas, baseada em informações claras, sem pressões e realizada de acordo com os seus modos de organização. Este ordenamento fundamenta a elaboração de seus Protocolos de Consulta Prévia, Livre e Informada que, entre as regras prescritas, regulamentam “o quê, como e quem” pode falar sobre eles.

É reconhecido que as universidades brasileiras deram passos muito importantes na inclusão desses povos, sendo grandiosos os feitos pela UFPA, contudo, ainda estão na centralidade matrizes curriculares monoculturais, pedagogias autoritárias, metodologias de pesquisas totalizantes que generalizam particularidades, sistemas de avaliação meritocráticos, políticas de assistência estudantil distantes da realidade das/os estudantes, entre outros aspectos. Isaias Oliveira (2023), quilombola, durante uma oficina⁷ de gêneros textuais, promovida pelo Projeto IQ, escreveu sobre como se vê como quilombola e estudante universitário:

Ser quilombola é lutar sempre, desistir jamais. Vivemos em meio a uma sociedade preconceituosa, onde grande parte desse povo, nos dias atuais, sente-se desvalorizado, mas isso não faz com que desistam de lutar em busca de igualdade e

⁷ Essas Oficinas são ministradas desde 2019 por Luana Mesquita, mulher negra de terreiro, discente cotista cor, mestranda do curso de pós-graduação em serviço social da UFPA, monitória voluntária do Projeto IQ e pesquisadora do GEP-Interfaces: intersecções entre raça/etnia, gênero, corpo e território na (re)produção de diferenças e desigualdades na Amazônia (UFPA-CNPq).

de políticas públicas para todos. O ser diferente na cor, na raça ou na religião não é motivo de não lutar pelos sonhos, em alcançar objetivos que, pela lei, é para todos. O Brasil tem dívidas históricas com o povo quilombola. Por esta razão este povo sempre irá lutar por igualdade racial.

Desse modo, a universidade não pode ser entendida como espaço neutro, mas como um campo em constante disputa, onde a democratização do acesso não garante, por si só, a transformação das estruturas que perpetuam as desigualdades, como argumenta Linda Tuhiwai Smith (2018, p. 15): “Em outras palavras, a pesquisa não é um exercício acadêmico inocente ou distante, mas uma atividade que tem algo em jogo, subsidiada por um conjunto de condições políticas e sociais”.

Logo, na Universidade, observa-se uma escassez de espaços de confluência de saberes destinados à valorização e à visibilidade das experiências desses povos com seus campos epistêmicos. Observa-se, ao contrário, um vasto acervo de pesquisas que estudam esses grupos com base em teorias universalizantes e totalizantes que não conseguem alcançar suas agências na produção de outro mundo possível, porque as teorias dos cânones já têm todas as respostas para suas problemáticas e perspectivas de futuro. A sala de aula termina sendo um laboratório de afirmação dessas teorias, um ambiente de produção de colonialidades, como bem percebem esses estudantes e explica Denize Rosário, quilombola, por meio de sua escrita:

Ao longo desses anos as dificuldades encontradas dentro da academia são um fator muito abrangente para a desistência e trancamento de indígenas e quilombolas. Logo de início, ao chegar se deparam com uma cultura totalmente diferente, a academia tem sua metodologia e seus tempos a cumprir, é tudo muito rápido e, geralmente, não conseguimos acompanhar.

São esses questionamentos, acerca de relações autoritárias de poder na academia, que Linda Tuhiwai Smith (2018, p. 16) evidencia quais têm contribuído para suas autonomias:

Análises críticas realizadas por pesquisadoras feministas, por teóricos críticos ou por estudiosos negros e afro-americanos têm nos proporcionado modos de falar a respeito do conhecimento e sua construção social, bem como de metodologias e de políticas de pesquisa. Sobretudo, as palavras que se aplicam aos pesquisadores indígenas têm sido inseridas nos textos, o que nos ajuda a ler nosso próprio mundo por meio de nossa própria cosmovisão.

Ante a experiência vivenciada no Projeto IQ, é possível dizer que este tem buscado se configurar como um espaço de escuta ativa que potencializa o compartilhamento de experiências entre os estudantes, fortalecendo suas estratégias de resistência no ambiente universitário. O acompanhamento da aprendizagem tem procurado contribuir com o fortalecimento da permanência estudantil. Uma dessas contribuições é a abertura de espaços

de acolhimento para que se sintam de algum modo integradas/os, como escreveu Neuziane Karipuna: “Me sinto muito bem acolhida dentro da UFPA quando chego na sala do Projeto IQ, que está sendo a minha segunda casa aqui em Belém. Sou muito grata a esse projeto maravilhoso que hoje está sendo um espaço muito importante na minha formação acadêmica”.

A escrita afirma-se, assim, como um potente instrumento de exercício de expressão desses grupos. O exercício da escrita consegue articular saberes, experiências, trajetórias pessoais e outros conhecimentos, inclusive aqueles construídos no próprio ambiente acadêmico. Ela potencializa a denúncia da marginalização vivenciada no contexto acadêmico, reivindica a valorização do repertório cultural não hegemônico salvaguardado por esses povos e aponta caminhos metodológicos que façam jus às suas formas de ler o mundo.

Este trabalho, portanto, que emerge da experiência no Projeto IQ, apoiado na Escrivivência formulada por Conceição Evaristo, junta-se às investidas metodológicas insurgentes para fazer valer a jurisdição que ampara a autodeterminação dos povos indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais, isto é, que sejam respeitadas suas escritas, suas formas de transmissão do conhecimento, suas filosofias, suas ciências e seus projetos de futuro.

3. ESCRIVIVÊNCIA COMO METODOLOGIA DE PESQUISA INSURGENTE

Para Conceição Evaristo (2020, p. 31), “Escrivivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado”. Enquanto prática literária, permite compreender as contradições sociais a partir de experiências de corpos subalternizados, sejam elas individuais ou coletivas. Configura-se, assim, para o Projeto IQ como um instrumento de denúncia e produção de “conhecimento situado” sobre a realidade dos estudantes cotistas, onde podem afirmar a escrita como um ato político.

A Escrivivência, enquanto metodologia de pesquisa, coloca na centralidade as experiências vividas e compreendidas pelos próprios grupos subalternizados. De acordo com Ribeiro et al. (2020, p. 315), se manifesta em “pensamentos e lutas das autorais, sem compromisso com a neutralidade, porém com palavras escolhidas que retratam histórias de vida, desafios, corpos violados e subalternizados”. Deste modo, na academia, também se afirma como uma metodologia que possibilita a esses grupos posicionar no campo científico suas epistemes e o conjunto de categorias, conceitos e variáveis que mobilizam em processos

de produção e transferência do conhecimento. Sendo assim, a Escrivivência abre espaço para conhecimentos silenciados e desvalorizados pelo racismo.

Oliveira, Pedroza e Pulino (2023) enfatizam as potencialidades de ampliação do debate étnico-racial nas instituições de ensino, destacando a importância de as atividades desenvolvidas estejam fundamentadas nas experiências vivenciadas pelas/os estudantes. Sendo assim, esse espaço, “ainda que se configure como um dos cenários no qual a cultura hegemônica se manifesta e se estabelece” (p.5), deve também ser entendido como um espaço de contra hegemonia, onde pensamentos e pensadores historicamente marginalizados, pelas mãos desses povos na academia, retomem como projetos libertários que desbanquem os conhecimentos a serviço da disciplinarização do colonizado.

A Universidade, enquanto instituição social, ocupa um lugar central nos processos de ruptura epistemológica com os legados coloniais que se perpetuam por meio de uma educação colonizadora. É indiscutível, segundo Carvalho (2018, p. 90), que, dada a sua comprovada eficiência em moldar a mentalidade de pessoas que, durante e depois da formação escolar, interferem na sociedade quando atuam nos mais variados espaços sociocupacionais, ou seja, prejudicam sua capacidade de contribuir significativamente para a construção de um Estado “descolonizado e que seja de fato democrático e igualitário na justiça e no acesso aos recursos materiais, plurinacional, com equidade na sua diversidade étnica e racial, e deveras pluricultural e pluriépistêmico”.

No contexto acadêmico, a escrita apresenta-se como um potente instrumento de exercício da expressão dos grupos historicamente invisibilizados. Sua prática consegue articular saberes, experiências, trajetórias pessoais e outros conhecimentos, inclusive aqueles construídos no próprio ambiente acadêmico, potencializando a denúncia da marginalização vivenciada no contexto acadêmico e a valorização de saberes outros.

Uma escrita baseada na experiência de estudantes cotistas pode atuar ativamente na construção de processos de ensino-pesquisa-extensão mais democráticos na universidade. No entanto, o que se observa é que as experiências desses grupos são frequentemente marginalizadas dentro desse ambiente, classificadas como não científicas, destituídas de teoria e reduzidas à mera empiria, submetidas aos inúmeros estigmas produzidos sobre o senso comum e o essencialismo.

A escritora Conceição Evaristo sistematiza a Escrivivência como metodologia que recupera as vozes vítimas do epistemicídio na escrita em primeira pessoa para estreitar as distâncias que promovem o esquecimento. Entre estas, o tal distanciamento necessário para

não “contaminar” o objeto de estudo, para não colocar a validade da pesquisa em risco, como nos ajuda a pensar Conceição Evaristo:

se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não. Por isso, afirmo: **“a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos”** (Evaristo, 2020, p.30, grifo nosso).

A Escrevivência, embora tenha sua origem no campo da literatura, extrapola esse domínio e se manifesta em diferentes esferas da vida social, incluindo a música. A título de ilustração, a canção *A Praça*, do grupo Racionais MC's, denuncia a marginalização e a perseguição sofrida pelo rap e seu público. Além disso, a canção aborda o “despreparo do estado e a bem conhecida carnificina policial ao lidar com sujeitos, sobretudo da periferia” (Oliveira, 2017, p. 126). Considerando que o Rap constitui uma representação artística das experiências cotidianas de jovens negras/os e periféricas/os, torna-se inevitável que sua expressão musical gere desconforto à elite branca dominante do país, levando suas letras a serem frequentemente marginalizadas e silenciadas na sociedade.

A escrita, para Grada Kilomba (2019), é um ato político, marcado pelo deslocamento do lugar de objeto para o lugar de sujeito. Aquele que escreve torna-se sujeito através da escrita a partir do momento em que reivindica o direito de definir sua própria história e assim definir sua própria identidade. Além disso, a escrita é um ato de descolonização, pois, através dela, o sujeito pode se posicionar criticamente na sociedade, “tornando-se a/o escritora/escritor “validada/o” e “legitimada/o e, ao reinventar a si mesma/o, nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou sequer fora nomeada” (p.28).

As Escrevivências, de acordo com Ribeiro et al. (2020, p. 315), se manifestam em “pensamentos e lutas das autorais, sem compromisso com a neutralidade, porém com palavras escolhidas que retratam histórias de vida, desafios, corpos violados e subalternizados”. Sendo assim, quando o Projeto IQ se coloca ao lado desses grupos, faz a defesa de espaços para que vozes não escutadas possam reivindicar para si também as chaves que abrem as “grades curriculares” da academia e possam desvendar os conhecimentos que lhes aprisionam e aqueles que podem contribuir com seus processos libertários.

Em *Memórias da Plantação*, obra citada anteriormente, Kilomba (2019) apresenta uma pesquisa centrada nas narrativas de mulheres negras, onde analisa as experiências de racismo cotidiano através do relato de suas memórias. A escrita da autora tem consonância com as formulações de Conceição Evaristo ao discorrer sobre as manifestações do racismo epistêmico no ambiente acadêmico vivenciado, sobretudo, por mulheres negras.

Como acadêmica, por exemplo, é comum dizerem que meu trabalho acerca do racismo cotidiano é muito interessante, porém não muito científico. Tal observação ilustra a ordem colonial na qual intelectuais negras/os residem: “Você tem uma perspectiva demasiado subjetiva”, “muito pessoal”; “muito emocional”; “muito específica”; “Esses são fatos objetivos?”. Tais comentários funcionam como uma máscara que silencia nossas vozes assim que falamos. Eles permitem que o sujeito branco posicione nossos discursos de volta nas margens, como conhecimento desviante, enquanto seus discursos se conservam no centro, como a norma. Quando elas/eles falam é científico, quando nós falamos é acientífico (Evaristo, 2020, p.51-52).

A adoção da Escrivivência enquanto metodologia de pesquisa configura-se como um ato político-epistemológico de subversão à ordem acadêmica hegemônica que também opera pela injustiça cognitiva. Na Escrivivência, o agente, a/o sujeita/o da ação, assume o seu fazer, o seu pensamento, a sua reflexão, não somente como um exercício isolado, narcisístico, mas atravessado por grupos, por uma coletividade.

A Escrivivência pode ser como se o sujeito da escrita estivesse escrevendo a si próprio, sendo ele a realidade ficcional, a própria inventiva de sua escrita, e muitas vezes o é. Mas, ao escrever a si próprio, seu gesto se amplia e, sem sair de si, colhe vidas, histórias do entorno. E por isso é uma escrita que não se esgota em si, mas, aprofunda, amplia, abarca a história de uma coletividade. Não se restringe, pois, a uma escrita de si, a uma pintura de si (Evaristo, 2020, p. 35).

A Escrivivência, enquanto abordagem metodológica, permite aos povos e grupos que foram desumanizados, reduzidos a objetos de estudo para que os privilegiados pudessem dominar as casas-grandes do conhecimento, contar a história que não estão interessados em ouvir. Como disse Conceição Evaristo: “acordá-los de seus sonos injustos” com a reescrita da “história única” ainda tão propalada nos currículos monoculturais. A análise da experiência de estudantes indígenas e quilombolas no ensino superior exige uma abordagem que evite a homogeneização de suas trajetórias. Nesse sentido, a contribuição teórica de Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982) se mostra fundamental para estas reflexões.

A autora e o autor referidos, defendem que a população afrodescendente, majoritária no Brasil, não é “um bloco monolítico, de características rígidas e imutáveis. Os diferentes valores culturais trazidos pelos povos africanos que para cá vieram [...], apesar da redução à “igualdade”, imposta pela escravidão, já nos levam a pensar em diversidade” (p.18). Dessa

mesma, maneira devemos pensar a diversidade étnica dos grupos indígenas. Tal perspectiva evita tanto generalizações reducionistas quanto a objetificação dos sujeitos, ao mesmo tempo em que assegura o rigor analítico necessário à investigação acadêmica.

Conforme argumenta Antônio Bispo (2023), o compartilhamento constitui uma forma de se relacionar com o outro que prescinde da lógica da troca, contrariando, portanto, a racionalidade da mercantilização e do interesse individual presente no sistema capitalista. É sob essa perspectiva que o Projeto IQ tem buscado dialogar com as experiências de indígenas e quilombolas no ensino superior, assumindo junto com elas/es um posicionamento político comprometido com a luta por uma educação antirracista e intercultural. Desta forma, afasta-se da pretensão de neutralidade ou de distanciamento analítico, reconhecendo que a parcialidade, aqui afirmada, constitui elemento essencial da escolha metodológica adotada.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS QUE NÃO PÕEM FIM NESTAS REFLEXÕES

Creio que nossa sobrevivência como povo tem sido possível em razão do conhecimento que temos de nossos contextos, de nosso ambiente e não por algum ato benevolente de nossa Mãe Terra. Tivemos que conhecer para sobreviver. Tivemos que descobrir maneiras de conhecer; tivemos que predizer, aprender e refletir; tivemos que preservar e proteger; tivemos que defender e atacar; tivemos que nos mover e ter sistemas sociais que nos permitissem fazer todas essas coisas (Smith, 2018, p.25).

São essas descobertas, formas de se conhecer e de resistir ao projeto colonial e ao colonialismo, sensivelmente descritas por Linda Tuhiwai Smith, que os povos indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais trazem para as suas lutas territoriais a defesa da permanência nas universidades com justiça epistêmica. Permanecer na universidade não é apenas para aprender o saber negado pelo colonizador, mas também, para conhecer com quais saberes os agentes do colonialismo continuam explorando-os e exterminando-os. A universidade ainda se apresenta como um lugar hostil que reproduz estigmas e estereótipos acerca do modo como esses povos se inscrevem no mundo.

Evidenciou-se, a partir da reflexão acerca do fazer ciência na academia instigada pela escrita das experiências de estudantes indígenas e quilombolas na UFPA, que o Projeto IQ desenvolve, em acordo com a proposta de justiça epistêmica defendida por Linda Tuhiwai Smith, duas perspectivas fundamentais à efetivação do projeto de desconstrução das linhas arbitrárias do conhecimento científico na Universidade.

A primeira, relaciona-se ao constrangimento epistemológico que deve ser devolvido à Universidade, isto é, o conhecimento apresentado como universal deve ser constantemente problematizado, colocado em xeque, uma vez que não possui aplicabilidade nem validade para todos os povos da Região Amazônica, conforme destacou a escrita dos estudantes indígenas e quilombolas nas oficinas realizadas. O “conhecimento universal”, neste sentido, configura-se como um dispositivo de poder que opera colonialidades para homogeneizar e disciplinar a diversidade, ou seja, civilizar, domesticar o “pensamento selvagem”. Essa contestação por dentro de currículos interculturais abrirá horizontes para a justiça epistêmica no ensino superior.

A segunda, refere-se à defesa do acesso desses estudantes a espaços de poder restritos no âmbito da academia, sendo o caso dos grupos de pesquisa, projetos de extensão, programas de pós-graduação, conselhos e órgãos colegiados. O acesso a esse itinerário formativo deve prepará-los também para que ocupem as cadeiras docente. Nesta defesa, o Projeto IQ tem buscado inseri-los nas ações de iniciação científica, de monitoria discente e extensionista, incentivando e orientando a autonomia intelectual para a participação em eventos acadêmicos com apresentação de trabalhos: congressos, seminários, encontros, entre outros.

Trata-se, ainda, da necessidade de implementar uma política de cotas epistêmicas, para além das cotas étnicas e raciais, de modo a garantir o reconhecimento e a valorização dos saberes desses grupos (Carvalho, 2022). A Escrivivência, como proposta de desconstrução da “história única”, comparece como uma poderosa voz de denúncia das narrativas racistas. E, como metodologia de pesquisa, possibilita que o saber da experiência, narrado por indígenas e quilombolas universitários, seja compreendido como forma legítima de produção do conhecimento científico, situado e capaz de ecoar narrativas e conhecimentos daquelas/es que caminham com passos que vêm de longe.

Quando a universidade possibilita a esses grupos territorializar seus saberes em suas escritas, pode-se dizer que está cumprindo um dos princípios centrais da política afirmativa: reparação histórica para a promoção da igualdade étnico-racial. Mas, a Escrivivência, frequentemente, provoca incômodo nos operadores da ciência hegemônica porque não conseguem vê-la com cientificidade e, também, porque tem sido uma potente estratégia de resistência coletiva na direção da crítica aberta às metodologias de ensino e pesquisa que sempre os reduziram a “problema/objeto de estudo”, apagando suas autorias quando corrige suas escritas com o corretor de uma pedagogia autoritária. Pela Escrivivência, e com todos esses incômodos, exigem que suas autoridades sejam devolvidas.

O Projeto IQ também tem levantado a defesa das "cotas epistêmicas" para a promoção da inclusão de mestres e mestras de povos tradicionais, portadores de notável saber, que possam atuar como pesquisadores, professores, examinadores de bancas avaliadoras, conferencistas e outros. Este artigo se insere, portanto, na crítica às concepções de saber legítimo (ciência), de fazer ciência (metodologia) e de quem está autorizado a fazer ciência (cientista) aceitas na academia. A partir das experiências de estudantes indígenas e quilombolas na UFPA, o projeto muito aprende que outros horizontes epistemológicos são possíveis.

Considerando que a discussão sobre interculturalidade na educação tem origem no contexto dos movimentos indígenas (Walsh, 2019) e que a Escrivência emerge das experiências de mulheres negras (Evaristo, 2020), ambas historicamente situadas à margem da academia, é necessário questionar quantos outros caminhos de produção de conhecimento não são conhecidos por não haver problematização das teorias impostas pela ciência ocidentocêntrica. Como afirma Barbara Carine: “Não tem problema nenhum ler intelectuais brancos, mas há um problema gigantesco em apenas lê-los” (MPMG, 2025, n.p.).

Por fim, o Projeto IQ tem buscado aprender a ler a história da ciência hegemônica a contrapelo pelas Escrivências de estudantes indígenas e quilombolas e, junto, encontrar caminhos para uma universidade antirracista e em confluência com os povos do Norte da Amazônia brasileira. São, portanto, caminhos em direção a um ensino superior verdadeiramente inclusivo, plurinacional, pluricultural, pluriépistêmica, isto é, intercultural, que reconhece, valoriza e divulga as ciências dos povos indígenas e afrodiaspóricos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 ago. 2012

BRASIL. Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 6 nov. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10088.htm. Acesso em: 24 out. 2025.

CARVALHO, José Jorge de. Cotas étnico-raciais e cotas epistêmicas: bases para uma antropologia antirracista e descolonizadora. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, 2022.

CARVALHO, José Jorge de. Encontro de Saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. organizadores Joaze Bernardino-Costa, Nelson MaldonadoTorres, Ramón Grosfoguel. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

EVARISTO, Conceição. A Escrivivência e seus subtextos. In: **Escrivivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo** / organização Constância Lima Duarte, Isabella Rosado Nunes. 1º ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Editora Marco Zero Limitada Rio de Janeiro 1982.

KILOMBA, GRADA. **Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano**. 1º ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MPMG, Ministério Público De Minas Gerais. “Não tem problema nenhum ler intelectuais brancos, mas há um problema gigantesco em apenas lê-los”, alerta Bárbara Carine no julho das Pretas. **Portal do MPMG**, Belo Horizonte, 23 jul. 2025. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/comunicacao/noticias/nao-tem-problema-nenhum-ler-i-n-telectuais-brancos-mas-ha-um-problema-gigantesco-em-apenas-le-los-alerta-barbara-carine-no-julho-das-pretas-2C9F8A99981B6C710198391B5C29566B-00.shtml>. Acesso em: 26 out. 2025.

OLIVEIRA, Acauam. “Quanto vale o show?”: Racionais MC’s e os dilemas do rap brasileiro contemporâneo. **Música Popular em Revista**, Campinas, ano 5, v. 1, p. 113-37, jul.-dez. 2017.

OLIVEIRA, Nathália Pereira de; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira; PULINO, Lúcia Helena Cavasin Zabotto. Escrivivências: possibilidades para uma educação antirracista. **Revista Brasileira de Educação**. v. 28 e280101 2023.

RIBEIRO, Simone, S. GIRALDI, Patrícia; CASSIANI, Suzani. Escrivivência Como Mediadora Para Um “Outro” Horizonte Epistemológico. In: **Diálogos sensíveis: produção e circulação de saberes diversos** / Claudia Mortari, Luisa Tombini Wittmann (Org.). – Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas**. Trad. Roberto G. Barbosa. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder: um pensamento e posicionamento “outro” a partir da diferença colonial. Tradução de Daniele da Silva Proença, Andrea Cristiane Kahmann e Márcia Rodrigues Bertoldi. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)**, Pelotas, v. 5, n. 1, p. 6-38, jan./jul. 2019.